

Educação matemática inclusiva para privados de liberdade: um encontro de realidades

Inclusive mathematics education for those deprived of liberty: a meeting of realities

DOI 10.5281/zenodo.15015274

178

Agda Aparecida Rabelo Ferreira¹

Resumo: A educação matemática inclusiva para privados de liberdade pode ser uma abordagem eficaz para promover o desenvolvimento pessoal e social desses sujeitos que estão, temporariamente, inseridos em contexto prisional. Isso porque, ao proporcionar acesso a conteúdos matemáticos de forma adaptada e direcionada, é possível facilitar a aprendizagem, fomentar habilidades matemáticas essenciais, desenvolver o raciocínio lógico e estimular a adequada resolução de problemas. Com isso em tela, este artigo tem como objetivo geral examinar a educação matemática sob uma perspectiva inclusiva e voltada, em específico, aos estudantes privados de liberdade, considerando as particularidades e os desafios inerentes a esse contexto. Para isso, levanta dados bibliográficos a partir de estudos já publicados sobre o tema, compondo um estudo qualitativo. Os resultados encontrados revelam que essa abordagem inclusiva é fundamental, já que ajudam os indivíduos a reencontrarem sua autonomia e cidadania, além de abrirem portas para oportunidades no futuro. Portanto, a Matemática, nessa perspectiva, torna-se uma ferramenta poderosa de transformação social, contribuindo para uma reintegração do jovem privado de liberdade mais efetiva na sociedade.

Palavras-chave: Educação Matemática. Sistema Prisional. Privados de Liberdade. Inclusão.

Abstract: Inclusive mathematics education for prisoners can be an effective approach to promote the personal and social development of these subjects who are temporarily inserted in a prison context. This is because, by providing access to mathematical content in an adapted and targeted way, it is possible to facilitate learning, foster essential mathematical skills, develop logical reasoning, and encourage adequate problem solving. With this in mind, this

¹ Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidade Del Sol - UNAEDS. Possui graduação em Ciências - Habilitação em Matemática pela Universidade Estadual de Goiás (2003), graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2013) e mestrado em Ciências da Educação - Universidad Leonardo da Vinci (2016). Atualmente é professora PIV - CEJA Dom Bosco. Tem experiência na área de Matemática, com ênfase em Matemática.

Recebido em 05/12/2024

Aprovado em: 08/03/2025

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



article has the general objective of examining mathematics education from an inclusive perspective and specifically aimed at students deprived of liberty, considering the particularities and challenges inherent to this context. To do so, it collects bibliographic data from studies already published on the subject, composing a qualitative study. The results found reveal that this inclusive approach is fundamental, as it helps individuals to rediscover their autonomy and citizenship, in addition to opening doors to opportunities in the future. Therefore, Mathematics, in this perspective, becomes a powerful tool for social transformation, contributing to a fairer reintegration of young people deprived of liberty into society.

Keywords: Mathematics Education. Prison System. Deprived of Liberty. Inclusion.

Introdução

A educação de indivíduos em situação de privação de liberdade está inserida no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esse cenário deve ser compreendido como um processo educacional contínuo, que reconhece e valoriza os saberes acumulados ao longo da vida, as particularidades dos educandos, suas experiências, culturas, fragilidades e potencialidades. Esses elementos conferem um significado único ao trabalho educativo. De certa forma, as salas de aula montadas dentro dos presídios não se diferenciam, em muitos aspectos, das demais salas de aula fora do ambiente prisional. Os jovens e adultos encarcerados apresentam características típicas dos alunos da EJA, somadas a peculiaridades individuais, como a limitação dos movimentos e a realidade em que se encontram.

No sistema prisional, existem barreiras significativas que dificultam a implementação de um ensino de qualidade, inovador, inclusivo e crítico. Embora a educação seja considerada um caminho para a ressocialização, sua presença nas penitenciárias brasileiras é garantida apenas por força da legislação. A discussão sobre inclusão levanta uma questão controversa.

Para Skovsmose (2019), ao falar em inclusão, é necessário questionar a origem do conceito e a quem se destina. Segundo esse autor dinamarquês, o termo *inclusão* significa a abrangência de alguns grupos em alguma ordem de coisas que poderia ser qualquer ordem. Essa ordem pode receber valorização sob determinadas perspectivas, mas ser questionada sob outras (SKOVSMOSE, 2019). A exclusão, conforme Freire (2000), refere-se a um processo de desumanização e marginalização, no qual o indivíduo enfrenta uma situação de opressão.

De acordo com Onofre (2015), ao discutir a educação de pessoas encarceradas, é crucial reconhecer que o processo educativo acontece em um ambiente peculiar, regido por princípios distintos se comparados ao processo de reabilitação: a educação deve ser transformadora,

enquanto a cultura prisional busca moldar o indivíduo ao contexto carcerário. A autora enfatiza que um dos grandes desafios nesta situação contraditória é encontrar estratégias que promovam uma educação emancipadora em um local historicamente marcado pela opressão e contradições, onde o indivíduo é isolado para ser (re) socializado e punido para (re) educar-se. Portanto, é essencial atentar para o processo de ensino e aprendizagem em ambientes de privação de liberdade, investigando de que maneira a educação escolar pode atuar nesses contextos singulares para promover uma formação cidadã que estimule o pensamento crítico, a liberdade de expressão e a geração de ideias, além de potencializar as capacidades cognitivas e a descoberta de habilidades (Mendes, Almeida; Poletto, 2023).

Paralelamente, segundo Silva e Nunes (2018), a educação se destaca como uma das poucas formas de recuperação das pessoas privadas de liberdade, promovendo sua transformação, ampliando suas visões de mundo, oportunidades profissionais e melhorando sua autoestima, aspectos essenciais para a ressocialização. Entretanto, as prisões sempre foram locais de intensa resistência à inserção educacional, uma realidade reconhecida pelo próprio Estado brasileiro.

Para D'Ambrosio (2012), todo indivíduo adquire conhecimento, e seu comportamento reflete esse conhecimento, que se modifica conforme os resultados desse comportamento. Em outras palavras, para cada indivíduo, seu comportamento e seu conhecimento estão em permanente transformação, em uma relação que podemos considerar como verdadeira simbiose, em total interdependência” (D'AMBROSIO, 2012).

Ademais, D'Ambrosio (1986) destaca que o conhecimento matemático representa uma das mais significativas expressões do saber humano, pois possibilita uma análise crítica de seu papel na melhoria da vida dos cidadãos. Em consonância com essas reflexões, é importante ressaltar que a educação matemática pode contribuir de forma significativa para a nova configuração dos educandos privados de liberdade. Apesar das dificuldades enfrentadas, a implementação de uma escola de qualidade e de um ensino inovador, inclusivo e crítico no sistema prisional é uma necessidade urgente.

Por tais razões, este artigo tem como **objetivo geral** examinar a educação matemática sob uma perspectiva inclusiva e voltada, em específico, aos estudantes privados de liberdade, considerando as particularidades e os desafios inerentes a esse contexto. Essa meta emana da **problemática** percepção de que nos contextos prisionais nem sempre há uma adequação metodológica ou uma percepção situada para esses estudantes.

Logo, esta **pesquisa bibliográfica** recorre a demais estudos que abordam esse tema a fim de contribuir para outras investigações futuras. Dessa forma, observa-se que sua elaboração possui relevância **justificada**, tendo em vista que a educação matemática é algo inerente ao cotidiano das pessoas, sendo essas habilidades matemáticas essenciais para o desenvolvimento do raciocínio lógico e para o estímulo à adequada resolução de problemas primais, resultando na reinserção dos alunos em ambientes não prisionais. Ademias, observa-se o quão escassas são as pesquisas sobre esse eixo em específico.

Com isso, são apresentadas diversas seções para o aprofundamento do tema, a saber, *Relevância Acadêmica: uma pequena revisão*, que almeja levantar algumas pesquisas que abordam esse assunto peculiar; *Educação Matemática Inclusiva*, que almeja atualizar a ideia de educação matemática, trazendo o seu potencial inclusivo aplicado ao contexto prisional da EJA; e, por fim, *Especificidades do Contexto Prisional*, tem a pretensão de partir das especificidades do *Lócus* a fim de alcançar os benefícios da educação matemática inclusiva para uma real reintegração social.

1 Relevância Acadêmica: uma pequena revisão

Após a leitura de diversos estudos que abordam a educação em contexto prisional, dois deles foram fundantes para a execução desta investigação. O primeiro deles foi publicado por Cruz (2022), refletindo que, no sistema prisional, a implantação de um ensino de qualidade e crítico enfrenta resistência, com a educação sendo garantida apenas por lei. Esse estudo teve como foco entender a relação das educandas privadas de liberdade com a matemática e suas motivações para buscar escolarização no cárcere, além de analisar as condições de ensino na Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu. Utilizando a narrativa por meio de cartas, a pesquisa revelou que o ensino remoto ou semipresencial não é ideal para o aprendizado da matemática, que é relevante para a vida das educandas. Contudo, o ensino oferecido não ressignifica os conhecimentos prévios das educandas, nem as conecta a questões sociais, comprometendo a ressocialização esperada. Há uma necessidade urgente de ampliar o debate acadêmico para promover reflexões e mudanças nos processos educativos, visando a verdadeira ressocialização através da educação.

O autor, inclusive, destaca que, para que o ensino de matemática nas unidades prisionais promova a reflexão, é indispensável uma mudança de paradigmas, reconhecendo a educação como um direito dos apenados, assim como de qualquer cidadão. É fundamental que as

estruturas físicas das escolas prisionais ofereçam condições adequadas, como salas amplas, biblioteca, banheiro e acesso à água. Além disso, é necessário um projeto político pedagógico que considere a história e as necessidades de aprendizagem dos educandos. Essas medidas visam evitar que a inclusão dos apenados na educação se transforme em uma forma de microexclusão (CRUZ, 2022).

Outra pesquisa, a desenvolvida por Bonato (2016) discorreu sobre a relevância de metodologias investigativas e de resolução de problemas na educação matemática crítica, focando na experiência de alunas em privação de liberdade no Centro Prisional Feminino de Cachoeiro de Itapemirim. O estudo, fundamentado por teóricos como Bernard Charlot e Paulo Freire, busca entender as percepções sobre o conhecimento matemático entre essas alunas do Ensino Fundamental e Médio. Utilizando uma abordagem qualitativa e pesquisa participante, os dados foram coletados por meio de diários de campo, questionários e atividades das alunas. Os resultados indicam que o ensino da Matemática de forma crítica pode facilitar a formação consciente das alunas, incentivando-as a desenvolver e expressar suas ideias. A pesquisa, além de evidenciar esses aspectos, também propõe uma metodologia para o ensino da matemática em contextos prisionais, servindo como material de apoio para educadores nessas instituições (BONATO, 2016).

A autora ainda enfatiza que as mulheres, tanto jovens quanto adultas, detêm conhecimentos adquiridos ao longo de suas vidas. Esses saberes, oriundos de experiências vividas antes de adentrarem no sistema penitenciário, frequentemente eram desvalorizados e silenciados. Contudo, com a implementação de novas abordagens pedagógicas, as estudantes passaram a assumir um papel ativo no processo educacional, evidenciando que podiam oferecer contribuições significativas além da simples escuta. A partir desse momento, os significados relacionados à aprendizagem da matemática começaram a emergir. A eficácia das aulas se fortalecia na medida em que as alunas, embora de forma hesitante, manifestavam suas reflexões, ideias e questionamentos. Esse fenômeno ressaltou que o diálogo é uma ferramenta crucial no processo de ensino-aprendizagem, criando um espaço de troca no qual pensamentos e sentimentos são compartilhados, opiniões são apresentadas e a escuta mútua se torna uma necessidade fundamental para todos os participantes (BONATO, 2016).

Portanto, observa-se que esses estudos colocam na baila acadêmica a problemática da educação matemática voltada aos jovens privados de liberdade, fornecendo novas visões, cenários e possibilidades de trabalho. Com isso reforça-se a ideia de que todos os discursos

são pertinentes e precisam compor os debates no chão das escolas, sejam elas quais forem, e nas cátedras acadêmicas.

2 Educação Matemática Inclusiva

A educação no sistema prisional, embora apresente características distintas em relação a uma instituição de ensino convencional, oferece ao indivíduo a oportunidade de valorizar sua formação humana, assegurando seu direito a uma educação crítica e à cidadania. Além disso, essa experiência possibilita aprofundar a compreensão sobre os significados do conhecimento, que vão além do ensino formal. Nesse panorama, emerge a importância da construção da autonomia e do pensamento crítico em relação à sociedade, capacitando o indivíduo a “reinventar” seus conceitos e a visualizar a possibilidade de aprimorar sua qualidade de vida.

Skovsmose (2019) destaca que, ao tratar da educação matemática inclusiva, é fundamental levar em consideração a natureza da inclusão dos alunos, delineando três narrativas sobre o funcionamento social da educação matemática. Essas narrativas servirão para analisar a educação matemática inclusiva no contexto prisional. Com isso, a matemática é vista como uma ciência exata, repleta de atributos atrativos que refletem a racionalidade humana e são amplamente valorizados. A sociedade contemporânea exige que, para um cidadão se integrar adequadamente ao seu contexto, desenvolva competências matemáticas.

Skovsmose (2019) enfatiza que estas competências são cruciais para diversas atividades diárias, como compras, vendas, investimentos e a interpretação de propagandas e reportagens que frequentemente incluem gráficos e tabelas. Assim, a matemática se transforma em uma ferramenta valiosa e, segundo esta narrativa, uma construção respeitada que visa assegurar o sucesso dos indivíduos.

Dessa forma, cabe aos educadores a responsabilidade de capacitar os alunos a dominarem essa disciplina. Sob a perspectiva da primeira narrativa, aprender matemática é essencial para o crescimento pessoal. Logo, a educação matemática funciona, assim, para muitas pessoas, como uma garantia de boa posição no mercado de trabalho. Isso também é potencialização pessoal (SKOVSMOSE, 2014). À luz dos aspectos citados, surge o questionamento de que a educação matemática nas prisões brasileiras ofereceria ou não aos alunos privados de liberdade as condições necessárias para o seu desenvolvimento pessoal em busca do sucesso. Ainda, reflete-se se realmente existem oportunidades para que os apenas

aprendam matemática, favorecendo seu pleno desenvolvimento em atividades cotidianas. Ou, por fim, se a educação matemática no sistema prisional tem se atentado aos conteúdos abordados em sala de aula, visando o êxito individual dos apenados.

Skovsmose (2019), inspirada nas reflexões de Michel Foucault (1987), estabelece uma analogia entre escolas e prisões. Essa comparação pode revelar um aspecto sombrio do que significa a escolarização. Em vez de ser um espaço de conhecimento, a educação pode se transformar em um instrumento eficaz para moldar os educandos à ordem social vigente. Assim, essa narrativa contrasta com a primeira. O ajuste à ordem social é um fenômeno amplamente observado no sistema prisional, onde a cultura do militarismo, predominante entre policiais e carcereiros, é imposta a educadores e educandos.

Atualmente, a educação matemática no Brasil revela os interesses do poder dominante na sociedade. Embora pretendida como uma busca por metas atrativas, ela continua a reproduzir padrões históricos da colonização. Skovsmose (2019), alicerçado nas ideias de Fanon (2008), argumenta que a inclusão pode funcionar como um mecanismo de dominação, afirmando que a inclusão social do colonizado só é viável se este imitar o colonizador. O autor enfatiza que, segundo Fanon (2008), essa lógica caracteriza a educação colonial que visa eliminar a identidade da criança colonizada, oferecendo *máscaras brancas*. É um programa brutal de inclusão por meio da educação (SKOVSMOSE, 2019). Levanta-se, assim, a questão de se a educação nas prisões brasileiras não segue uma lógica similar.

Inspirada nas ideias de Paulo Freire, essa visão propõe que a educação deve capacitar os educandos a interpretar e transformar o mundo. Por *leitura*, Freire (2002) refere-se a uma interpretação política crítica do mundo e, por *escrever*, ele se refere a um envolvimento político. (SKOVSMOSE, 2019). Sob essa perspectiva, a educação matemática oferece uma oportunidade para discutir profundamente as injustiças sociais, tais como a desigualdade na distribuição de renda, levando em conta os fatores políticos, econômicos e sociais que sustentam essa disparidade.

Portanto, a matemática é valorizada como um importante campo de conhecimento humano, abordando a subserviência social gerada pela educação matemática, enquanto essa forma de educação pode servir como uma ferramenta de empoderamento social, permitindo ao estudante ler e escrever o mundo por meio da matemática. Assim sendo, ao considerar a matemática como uma disciplina inclusiva para educandos que se encontram em situações de privação de liberdade, amplia-se as possibilidades de inclusão e de atendimento pedagógico mais efetivo.

3 Especificidades do Contexto Prisional

Um tema que gera intenso debate é o direito à educação para indivíduos em privação de liberdade. Embora diversos documentos reforcem essa prerrogativa, ainda persiste resistência em seu reconhecimento. A Constituição Federal consagra a educação como um elemento fundamental para o pleno desenvolvimento de todos os cidadãos. Como destaca Bernardi (2015), no rol dos direitos sociais mencionados pela Constituição Federal, dentro de Direitos e Garantias Fundamentais, a educação ocupa a posição de destaque, evidenciando a relevância atribuída à educação pelo legislador constituinte. O direito à educação não se resume apenas à sua garantia pelo Estado a todos, mas também abrange seu respeito e proteção, visando à dignidade e ao pleno desenvolvimento dos cidadãos (BERNARDI, 2015).

A falta de reconhecimento da educação no Sistema Prisional como um direito do apenado dificulta a implementação de um ensino capaz de ressignificar os saberes, valores éticos, sociais e científicos desses indivíduos. Muitas vezes, o próprio encarcerado não reconhece esse direito como parte de sua condição.

Skovsmose (2014) argumenta que a matemática é um conceito amplo, que inclui múltiplos significados tanto na pesquisa quanto na educação. Ele enfatiza que a matemática abrange conhecimentos e compreensões que frequentemente não se ajustam às estruturas formalmente estabelecidas, como os currículos escolares e os programas de pesquisa. Assim, a educação matemática se manifesta em diversos contextos.

O autor menciona que o termo *educação matemática* possui várias interpretações, referindo-se a diferentes atividades. É fundamental refletir sobre o ensino e a aprendizagem, levando em consideração os contextos nos quais ocorrem. De um lado, existe a educação matemática formal, onde professores ensinam e alunos aprendem; do outro, há a educação matemática que acontece fora da escola, em ambientes de trabalho e em atividades do cotidiano, como comércio, bancos e mídias (SKOVSMOSE, 2014).

Considerando os diversos contextos que a educação matemática abrange, conforme destacado por Skovsmose (2014), podemos direcionar o processo para uma educação matemática crítica, que promova o desenvolvimento do pensamento crítico nos alunos. Contudo, é responsabilidade dos educadores guiar esse processo formativo. Educar matematicamente implica situar os saberes matemáticos na vida dos educandos, levando em conta aspectos políticos, sociais e econômicos, além de fomentar uma visão crítica da sociedade em que estão inseridos.

Skovsmose (2019) ressalta a importância da discussão sociopolítica na educação matemática, pois aborda questões de justiça social em suas diversas formas. O autor sugere que a educação matemática pode ter um impacto social e político significativo, promovendo uma análise crítica do mundo e favorecendo a emancipação do indivíduo em direção a uma cidadania consciente. Portanto, a educação matemática crítica deve incluir uma dimensão política que busque a libertação do sujeito.

Paiva e Sá (2011) afirmam que para efetivarmos a crítica, precisamos encontrar alternativas que ajudem a resolver problemas e conflitos cotidianos. Eles sustentam que um cidadão adquire competência crítica ao saber onde buscar soluções. Assim, é essencial que o ensino voltado para a educação matemática crítica ofereça aos estudantes ferramentas para realizar análises críticas das situações, considerando as condições para a busca de alternativas de resolução.

Paiva e Sá (2011) destacam que a matemática deve ter um significado claro para os educandos. Os problemas matemáticos precisam estar integrados às práticas sociais e culturais dos alunos, possibilitando uma conexão entre suas culturas individuais e sociais. Os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), por já possuírem uma relação com números e matemática em suas vivências diárias, exigem que o professor de matemática contextualize e adapte os conteúdos a serem ministrados, alinhando-os às práticas matemáticas que já desenvolvem. Isso implica dar um significado prático à matemática ensinada, visando ao desenvolvimento do pensamento crítico.

Frankenstein (2005) defende que a educação demanda práticas pedagógicas críticas, que considerem tanto o conteúdo quanto a metodologia. Skovsmose (2014) destaca a importância dos professores em criar ambientes de aprendizagem que tornem a disciplina mais interessante, afastando-se da matemática tradicional. Paiva e Sá (2011) questionam o modelo de ensino convencional, sugerindo que esse pode ser contraproducente em relação ao conceito de educação matemática crítica, uma vez que o ensino tradicional pode sufocar a criatividade dos alunos, levando à alienação. Esse entendimento é reforçado por Freire (2002), que enfatiza que o desenvolvimento da curiosidade nos conduz a um processo educativo progressivo, e que a ideia de que apenas o professor controla o processo educativo é inaceitável.

Skovsmose (2014) observa que o processo educacional é multidimensional e deve ser compreendido como um diálogo amplo entre professores e alunos, permitindo ao educador identificar temas relevantes para desenvolver a competência crítica dos educandos. Esses temas, portanto, não devem ser impostos, mas construídos coletivamente. Assim, educar

matematicamente significa contextualizar os saberes matemáticos na vida do educando e estimular seu pensamento crítico sobre a sociedade em que vive. Para Skovsmose (2014), a educação matemática crítica deve ser orientada para a libertação do indivíduo, possibilitando reflexões políticas, econômicas e sociais—princípios que estão presentes na terceira narrativa de inclusão descrita por Skovsmose (2019), representando a educação matemática ideal a ser desenvolvida nas instituições prisionais brasileiras.

Conclusão

A educação no sistema prisional dirige-se a apenados, tanto homens quanto mulheres, que cumprem pena em regime fechado ou semiaberto em unidades geridas pelo Estado. Seu objetivo primordial é a ressocialização dos educandos. Nesse sistema, é plenamente possível ensinar matemática de forma a refletir as experiências de vida dos alunos, fomentando um pensamento crítico relativo à sociedade em que estão inseridos.

Apesar das resistências e da rejeição inicial por parte dos alunos, é essencial que o processo educacional seja organizado para promover uma aprendizagem relevante. Essa abordagem permite que os estudantes valorizem o conhecimento escolar, desenvolvendo a capacidade de criticar, avaliar e relacionar conteúdos com suas práticas sociais. É crucial estabelecer um ambiente democrático em sala de aula, onde os alunos possam expressar suas opiniões, compartilhar saberes e levantar questionamentos (Bento, 2024).

As investigações apresentadas nesta análise confirmam que a educação representa uma das poucas oportunidades para recuperar indivíduos que cometeram crimes e estão em reclusão, promovendo uma transformação que expande suas percepções de mundo, suas possibilidades de inserção profissional e sua autoestima — todos elementos fundamentais para facilitar a ressocialização.

Diante desse contexto desafiador, o ensino de matemática no sistema prisional enfrenta sérias dificuldades. Observa-se a falta de infraestrutura adequada e de materiais necessários para um aprendizado eficaz. Além disso, observa-se a ausência de um currículo específico para a disciplina, que leve em conta os conhecimentos prévios dos apenados, suas condições sociais e as realidades institucionais que vivenciam. A carência de recursos essenciais, como livros e meios de pesquisa, agrava ainda mais essa situação (Ribas, 2023).

Logo, o estudo apresentado evidencia que o ensino de matemática em instituições penitenciárias, quando fundamentado em uma abordagem crítica, transforma o aluno de um

receptor passivo em um agente ativo no processo de ensino-aprendizagem, incentivando a colaboração com o professor. Essa interação favorece a construção de saberes, permitindo que os indivíduos privados de liberdade desenvolvam uma formação crítica que os sensibiliza e os motiva a expressar e compartilhar suas ideias.

Assim, compreendemos que a sala de aula no contexto prisional, embora apresente particularidades em relação às escolas regulares, proporciona ao aluno a oportunidade de atribuir significado à sua formação, reconhecendo seu direito à educação crítica e à cidadania. Além disso, nossa pesquisa nos auxiliou a perceber que os significados atribuídos ao conhecimento ultrapassam o ensino formal, enfatizando a importância da autonomia e do pensamento crítico em relação à sociedade, possibilitando que os indivíduos "refaçam" suas percepções e visionem a possibilidade de uma vida com qualidade aprimorada.

Portanto, a educação é uma das ações previstas no tratamento penal, desempenhando um papel relevante na ressocialização de pessoas privadas de liberdade, permitindo-lhes reimaginar suas relações e atuações no mundo. Contudo, essa educação, quando implementada, é marcada por uma grave precariedade. Nesse cenário, uma abordagem crítica da educação matemática pode atuar como uma ferramenta poderosa de transformação, impactando diretamente a vida prática dos educandos e contribuindo para um futuro mais promissor.

Referências

BERNARDI, Roseméri Simon. **Políticas públicas, ensino superior e a cultura da sustentabilidade: uma abordagem inovadora para o fomento da cultura da sustentabilidade nas instituições de ensino superior.** Foz do Iguaçu: Normas, 2015.

BONATO, Fernanda Soares da Silva. **A educação matemática como parte integrante da escola para a vida: contribuições na formação de mulheres privadas de liberdade.** 2016. 86 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) - Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

BENTO, Esaú Maranhão Sousa. Educação além das grades: o papel transformador da EJA na ressocialização de detentos no sistema prisional brasileiro. **Humanidades e Tecnologia (FINOM)**, v. 29, n. 1, p. 408-421, 2024.

CRUZ, Djalma Machado da. **A Matemática e a educação prisional na vida das educandas privadas de liberdade da PFF-UP de Foz do Iguaçu-PR.** 2022. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Educação Matemática) - Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Educação Matemática, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Cascavel, 2022.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Da realidade à ação**: reflexões sobre educação Matemática. 6. ed. Campinas: Summus, 1986.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Educação Matemática**: Da teoria à Prática. 23. ed. Campinas: Papirus, 2012.

DA ROCHA RIBAS, Márcia Helena. Recursos na Educação Especial: Promovendo a Inclusão e Diversidade. **Altus Ciência**, v. 20, n. 20, p. 343-356, 2023.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRANKENSTEIN, Marilyn. Educação Matemática Crítica: uma aplicação da Epistemologia de Paulo Freire. In: BICUDO, Maria Aparecida Viggiani (Ed.). **Educação Matemática**. São Paulo: Centauro, 2005.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MENDES, Amanda Ferreira; DE ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães; POLETTO, Lizandro. Educação inclusiva: desafios das crianças surdas no processo de alfabetização. **Altus Ciência**, v. 17, n. 17, p. 23-35, 2023.

MARTINS, Selma Pereira; BARRIOS, Maria Elba Medina. Transformando a educação matemática: o impacto das atividades lúdicas no engajamento e desempenho dos alunos. **HUMANIDADES E TECNOLOGIA (FINOM)**, v. 48, n. 1, p. 20-28, 2024.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Educação Escolar para Jovens e Adultos em Situação de Privação de Liberdade. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 35, n. 96, p. 239-255, mai./agos. 2015.

PAIVA, Ana Maria Severiano de; SÁ, Ilydio Pereira de. Educação Matemática Crítica e Práticas Pedagógicas. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 2, n. 55/2, p. 1-7, 2011.

SILVA, Tiago Nunes da; NUNES, Vânia Gonçalves. A educação como principal medida de ressocialização dos apenados e outras possíveis medidas. **Cadernos da Fucamp**, v. 17, n. 31, p. 88-109, 2018.

SKOVSMOSE, Ole. Inclusão, encontros e cenários. **Educação Matemática em Revista**, Brasília, v. 24, n+. 64, set./dez. 2019.

SKOVSMOSE, Ole. **Um convite à educação Matemática crítica**. Campinas: Papirus, 2014.